



ANO 15 Nº 4  
Abril de 2006

# Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

## A gripe aviária

A produção brasileira de carne de frango atingiu 9,348 milhões de toneladas em 2005, das quais 2,762 milhões de toneladas foram destinadas às exportações. Os níveis de produção e de exportações, de 2004 para 2005, registraram incrementos de 11,2% e 13,9% respectivamente, enquanto a participação nacional nas exportações mundiais se manteve em torno de 40% no biênio. Depois desse magnífico desempenho, as projeções para o corrente ano sinalizavam indicadores promissores, porém a gripe asiática interrompeu as expectativas quanto à seqüência de excelentes resultados.

O vírus H5N1 teve a sua presença, na Ásia, em destaque, por causa da incapacidade do continente de obter êxito no combate à gripe do frango. Depois de a China ver abalada a confiança do seu consumidor em 2004, a Índia confirmou o primeiro registro do vírus em fevereiro de 2005, ocasião em que as autoridades determinaram a morte de 30.000 aves. No início de março, com a presença de novos casos na França e com as reuniões diárias dos veterinários em Bruxelas, capital da UE, estava disseminada a crença de que a ameaça de uma epidemia da gripe aviária criaria conseqüências sobre a economia mundial.

Ainda em março, o FMI divulgou uma publicação intitulada **A Economia Global e o Impacto Financeiro de Uma Pandemia de Gripe Aviária e o Papel do FMI**, onde analisava o potencial desse impacto, enfatizando a necessidade de políticas públicas, caso o quadro viesse a se agravar.

No Brasil, a nova realidade não impediu que, quando comparadas com as do mesmo período do ano anterior, as exportações de carne de frango, no primeiro bimestre, se elevassem de US\$ 406 milhões (2005) para US\$ 489 milhões (2006). Toda-

via, quando da comparação de janeiro deste ano com dezembro do ano passado, o mercado de carne de frango registrou quedas nos embarques (13%) e na receita com exportações (22%). Então, a cadeia produtiva passou a trabalhar com a restrição da redução da demanda externa do produto, tendo em vista que houve retraimento dos mercados consumidores do Oriente Médio, da Rússia e do Japão. Considerando que não havia mercado interno para redirecionar o produto exportado, tornou-se imperiosa a necessidade de um ajuste de produção e de emprego.

A incerteza quanto ao desdobramento da crise levou o Governo a lançar, em fevereiro, as bases de um plano nacional de combate à gripe aviária, que pretendia identificar os circuitos avícolas e as condições sanitárias estaduais. Posteriormente, em 17 de março, o Ministério da Agricultura liberou R\$ 300 milhões, a título de Empréstimo do Governo Federal (EGF), para estocagem de 300.000 toneladas de carnes de aves e suínos que deixaram de ser exportadas.

No Rio Grande do Sul, em fevereiro, o Governo gaúcho e os produtores locais definiram uma estratégia para conter a entrada do vírus H5N1 no Estado. Inicialmente, houve proibição de visitas às plantas físicas avícolas locais. Em março, com a queda no consumo externo e a redução no preço do produto, os produtores diminuíram os alojamentos de frangos em aviários e passaram a planejar ajustes no nível do emprego. No dia 15, formou-se o Comitê para Enfrentamento da Pandemia de Influenza Aviária no RS, dividido em quatro subcomitês, que deverá apresentar o Plano de Contingência Regional no próximo dia 24 de abril.

Produção, exportação e participação do Brasil nas exportações mundiais de carne de frango — 2001-05

ANOS	PRODUÇÃO		EXPORTAÇÕES		PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (%)
	Quantidade (1 000 t)	Crescimento Anual (%)	Quantidade (1 000 t)	Crescimento Anual (%)	
2001	6 567	9,8	1 249	37,8	22,2
2002	7 449	13,4	1 600	28,1	27,7
2003	7 645	2,6	1 922	20,1	32,1
2004	8 408	9,9	2 425	26,1	40,3
2005	9 348	11,2	2 762	13,9	39,6

FONTE: Revista de Agronegócios da FGV, fevereiro de 2006.

Antônio Carlos Fraquelli (FEE/CEES)

## Mortalidade dos jovens por causas externas no RS

A mortalidade por causas externas, grupo que inclui óbitos violentos, como acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, vitimou 6.873 gaúchos em 2004, representando 9,6% dos óbitos naquele ano. Esse tipo de morte ocupou a quarta colocação entre os grupos de causa de mortalidade, sendo superado apenas pelas doenças do aparelho circulatório (primeiro lugar), neoplasias (segundo lugar) e doenças do aparelho respiratório (terceiro lugar). A mortalidade por causas externas afeta, em especial, os adolescentes e os jovens do sexo masculino: 82% dos óbitos por causas externas, em 2004, foram de homens, sendo que 72% dos ocorridos entre a população de 15 a 19 anos decorreram desse grupo de causas.

Os dados de mortalidade proporcional por causas externas entre a população de 15 a 19 anos apresentados na tabela revelam que os homicídios e os acidentes de trânsito são responsáveis pela grande maioria dos óbitos, significando, nos últimos anos, cerca de 70% deles. Homicídios representaram 44% dos óbitos em 2004, revelando uma tendência de crescimento na participação. Suicídios e afogamentos são as causas de cerca de 20% das mortes por causas externas entre a população daquela faixa etária.

Mortalidade proporcional por causas externas na população de 15 a 19 anos, no RS — 2000-04

PRINCIPAIS CAUSAS EXTERNAS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS CAUSAS EXTERNAS				
	2000	2001	2002	2003	2004
Homicídios .....	34,6	43,2	40,5	39,9	44,0
Acidentes de trânsito .....	29,8	26,1	28,8	27,8	27,9
Suicídios .....	11,2	10,2	9,5	11,4	10,9
Afogamento .....	11,7	8,6	10,3	10,2	9,3
Externas mal definidas .....	5,3	4,3	4,3	4,3	2,7

FONTE: SES-RS/DAS/Núcleo de Informações em Saúde (NIS).

Marilene Dias Bandeira (FEE/NIS)

## O eficiente ajuste fiscal pelo lado da receita

A política fiscal do Governo Federal, em 2005, alcançou o objetivo de elevar suas receitas. Estas tiveram um crescimento de 8,9%, sendo que as do Tesouro nacional alcançaram R\$ 378 bilhões, enquanto as da Previdência atingiram R\$ 109 bilhões, representando um aumento de 8,9% e 9,5% em relação a 2004. A receita líquida total, que exclui as transferências a estados e municípios, superou em 7,3% a do exercício anterior, devido, principalmente, à melhoria da arrecadação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

As despesas também apresentaram aumento de 8,7%, totalizando R\$ 352 bilhões; esse resultado foi obtido pela elevação de 10% nos gastos com benefícios previdenciários, bem

como pelo acréscimo de 16,1% nas despesas com custeio e capital, onde se destacaram os subsídios e as subvenções econômicas, que superaram em 77,9% os de 2004, em consequência do aumento de recursos destinados à agricultura e à dívida agrícola securitizada, dentre outros.

Quanto ao resultado primário do Governo Central, o mesmo registrou queda de 1,4% em relação ao de 2004, refletindo-se na redução do superávit do PIB de 2,79% para 2,72% em 2005. Essa tendência declinante provavelmente deverá continuar durante o ano de 2006, em vista das pressões por maiores dispêndios no próximo período eleitoral.

Resultado primário do Governo Central — 2004-05

DISCRIMINAÇÃO	2004 (R\$ milhões)	2005 (R\$ milhões)	2005 2004 (%)
A - Receita total .....	449 097	488 847	8,9
B - Transferências a estados e municípios .....	71 700	84 013	17,2
C - Receita líquida total (A - B) .....	377 397	404 834	7,3
D - Despesa total .....	324 133	352 314	8,7
E - Resultado primário do Governo (C - D) .....	53 264	52 520	-1,4
F - Resultado primário/PIB (%) .....	2,79	2,72	-

FONTE: Ministério da Fazenda.

NOTA: Valores inflacionados pelo IGP-DI, a preços de dez./05.

Maria Luiza Borsatto (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)



## Será 2006 outro ano ruim para a indústria gaúcha?

A variação do índice de produção física da indústria de transformação brasileira, em jan./06, mostra um crescimento de 2,6%, quando comparado com o de igual mês do ano anterior. Essa taxa confirma a trajetória de desaceleração do ritmo de expansão da produção, identificada na evolução dos índices acumulados em 12 meses (5,7% em jul./05 e 2,5% em jan./06).

Taxa da produção da indústria de transformação no Brasil e no Rio Grande do Sul — jul./05-jan./06

PERÍODOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Mensal	Acumulado em 12 Meses	Mensal	Acumulado em 12 Meses
Jul./05	0,11	5,69	-8,30	-0,64
Ago./05	3,46	4,84	0,66	-1,55
Set./05	-0,59	4,12	-4,04	-1,90
Out./05	-0,28	3,81	-6,60	-2,76
Nov./05	0,48	3,17	-3,44	-3,36
Dez./05	2,34	2,71	-0,33	-3,55
Jan./06	2,65	2,47	-2,00	-3,61

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 04 jan. 2006.

NOTA: Os dados mensais têm como base igual mês do ano anterior; os dados acumulados em 12 meses têm como base os 12 meses anteriores.

O crescimento da produção industrial, ainda que a taxas modestas, vem sendo impulsionado pelas exportações e pela venda de bens de consumo no mercado interno. Esses fatores têm impactos diferentes, de acordo com a estrutura industrial e a pauta de exportações das economias estaduais. No caso do RS, embora as vendas externas estimulem a produção de segmentos com maior abertura externa, a manutenção do real apreciado e de taxas de juros elevadas por um longo período de tempo está provocando impactos perversos em importantes segmentos industriais, que se refletem em sucessivas quedas na produção industrial gaúcha mensal (média de -3,4% no período jul./05-jan./06). Essa constatação é reforçada pelos resultados da balança comercial estadual: os índices de exportação, calculados pela FEE, mostram que, no mês de fevereiro de 2006, embora tenha ocorrido uma elevação dos valores exportados pelo Estado, houve queda significativa nos volumes físicos correspondentes.

A recuperação da indústria gaúcha requer, além do “alívio” nas políticas monetária e cambial, boas safras agrícolas e a retomada do crescimento econômico.

Maria Lucrécia Calandro (FEE/CEES)

## Produção agrícola gaúcha: esperança de uma boa safra

O crescimento da produção brasileira de arroz, feijão, milho e soja na safra 2005/06 está sendo estimado, pelo IBGE, em 11%, em relação à safra anterior. O volume previsto significa apenas a recuperação dessas culturas, recolocando o volume produzido em um patamar praticamente igual ao obtido em 2003/04. Se compararmos a produção do ano passado em relação à de 2003/04, observamos que a queda girou em torno de 10%, resultado de problemas climáticos ocorridos nas diferentes regiões do País. As perdas disseminadas pelo País podem, no entanto, ser consideradas irrisórias, se comparadas com as ocorridas no Rio Grande do Sul.

A quebra da safra gaúcha de grãos de verão 2004/05 chegou a mais de 40% em relação à do ano anterior, e a redução deu-se especialmente em decorrência de perdas de mais de 50% tanto na lavoura de soja como na de milho. As perspectivas com relação à atual safra de verão no Rio Grande do Sul indicam que a produção dos principais grãos cultivados no Estado vai ser praticamente o dobro do total produzido no ano passado. De acordo com o IBGE, na safra 2005/06, a produção gaúcha de arroz, feijão, milho e soja será 96,0% superior à obtida nessas culturas em 2004/05. Vale notar que mesmo esse crescimento significativo apenas recoloca o volume produzido nos patamares médios históricos. Assim, os maiores crescimentos são esperados na produção de milho e soja — em torno de 261,2% e 237,1% respectivamente.

Produção de arroz, feijão, milho e soja no Rio Grande do Sul — safras 2004/05 e 2005/06

PRODUTOS	SAFRAS		VARIÇÃO %
	2004/05	2005/06	
Arroz (t) .....	6 103 269	6 083 592	-0,3
Feijão total (t) .....	74 974	123 103	64,2
Milho (1ª safra) (t) ..	1 485 035	5 363 536	261,2
Soja (t) .....	2 444 535	8 239 737	237,1
<b>TOTAL</b> .....	<b>10 107 813</b>	<b>19 809 968</b>	<b>96,0</b>

FONTE: IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro de 2006.

Vivian Fürstenau (FEE/CEES)

## As excelentes contas externas nacionais em 2005

Em 2005, o Brasil logrou reduzir sua dívida líquida externa e ampliar suas reservas estrangeiras. A dívida externa total mais empréstimos intercompanhia — de US\$ 220,2 bilhões em dezembro de 2004 — caiu para US\$ 201,2 bilhões em outubro de 2005. As reservas externas líquidas ajustadas — quer dizer, descontadas quaisquer dívidas com o FMI — subiram de US\$ 27,5 bilhões em dezembro de 2004 para US\$ 50,8 bilhões em novembro do ano seguinte. Várias das diferentes operações entre o Brasil e o “resto do mundo” contribuíram para a boa *performance* do balanço de pagamentos. Contudo os responsáveis maiores pelas entradas líquidas de recursos apontam, por ordem decrescente, a balança comercial, os investimentos diretos e os investimentos em carteira.

Como ocorre desde 2002, o crescimento do saldo da balança comercial nacional, em 2005, superou todas as expectativas. No início do ano, as projeções do superávit variavam em torno de US\$ 30,0 bilhões; alcançaram US\$ 44,8 bilhões. Dessa forma, o saldo em transações correntes atingiu inusitados US\$ 14,2 bilhões, não obstante o déficit com serviços e rendas ter sido de US\$ 34,1 bilhões, com taxa de crescimento de 35,4%. O câmbio valorizado incentivou esse crescimento, como foi o caso dos lucros e dividendos, que atingiram montante recorde.

Por outro lado, a soma das contas capital e financeira apontou déficit de US\$ 8,8 bilhões. Esses números, à primeira vista, sugerem a continuidade de uma contração dos financiamentos externos. A observação mais cuidadosa, contudo, evidencia uma realidade diversa. Cabe notar de imediato que os investimentos diretos, apesar do baixo ritmo de crescimento do PIB nacional, sustentaram montante expressivo — US\$ 12,7 bilhões. Foram expressivos também os investimentos em carteira (US\$ 4,9 bilhões); nesse caso, o fator de crescimento foi a aquisição de ações, no valor líquido de US\$ 6,4 bilhões, fato que reflete uma maior confiança nas possibilidades de crescimento futuro da economia. Das contas capital, a que “puxou” fortemente o saldo dos fluxos de capitais internacionais para baixo foi a chamada outros investimentos. Seu enorme déficit reflete, em primeiro lugar, os elevadíssimos pagamentos antecipados com que o Banco Central do Brasil eliminou seus débitos junto ao FMI e, em segundo lugar, os pagamentos privados externos, que têm aproveitado o “câmbio barato”. Em suma, o grande déficit em outros investimentos manifesta, antes de mais nada, a folga de divisas estrangeiras e, mais importante, reflete a continuidade de um processo de melhoria das condições externas da economia brasileira.

Algumas das principais contas externas nacionais — 2005

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (US\$ milhões)
<b>Transações correntes</b> .....	14 199
Balança comercial (FOB) .....	44 757
Exportações .....	118 308
Importações .....	73 551
Serviços e rendas .....	-34 115
Transferências unilaterais correntes .....	3 558
<b>Contas capital e financeira</b> .....	-8 808
Conta capital .....	663
Conta financeira .....	-9 470
Investimento direto .....	12 676
Investimento em carteira .....	4 885
Derivativos .....	-40
Outros Investimentos .....	-26 991
<b>Erros e omissões</b> .....	-1 072
<b>RESULTADO GLOBAL DO BALANÇO</b> .....	4 319

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Bacen.

Roberto Marcantônio (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.03.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística  
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

**Conselho Editorial da Carta:** Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.